



Artigos

**MINHA VIDA EM COR-DE-ROSA:
CENAS E ENCENAÇÕES DA TRANSEXUALIDADE
FEMININA NA INFÂNCIA**

*MY LIFE IN PINK:
FEMALE TRANSEXUALITY
SCENES IN CHILDHOOD*

*MI VIDA EN ROSA:
ESCENAS Y REPRESENTACIONES DE LA TRANSEXUALIDAD
FEMENINA EN LA INFANCIA*

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Megg Rayara Gomes de Oliveira
Travesti preta, doutora em educação
pela Universidade Federal do Paraná.

Resumo

Neste artigo discuto a transexualidade feminina na infância. Utilizo como objeto de análise o filme *Minha vida em cor-de-rosa* (Bélgica, França, Reino Unido, 1997) e o documentário *Meu eu secreto* (Estados Unidos da América, 2007), procurando fazer uma relação com o debate atual sobre ideologia de gênero. O interesse, então, está concentrado nas ideias centrais das duas produções, ou seja: a transição do gênero masculino para o feminino, a patologização e despatologização das identidades trans, a relação entre sexo anatômico e identidade de gênero, violência simbólica, cis heteronormatividade e a supervalorização do adulto. Para fazer esse debate recorro às reflexões de John Thompson (2009) sobre comunicação de massa e violência simbólica, os estudos de gênero e sobre diversidade sexual, bem como os estudos pós-estruturalistas, especialmente a obra de Michel Foucault.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Transexualidade, Infância, Violência simbólica, Sociedade.

Abstract

This article discusses female transsexualism in childhood. The movie *My Life in Pink* (Belgium, France, United Kingdom, 1997) and the documentary *My Secret Self* (United States of America, 2007) are used as object of analysis, trying to relate to the current debate on Gender Ideology. Then, the study focuses on the central ideas of the two productions, namely: the transition from male to female gender, the pathologization and depatologization of trans identities, the relationship between anatomical sex and gender identity, symbolic violence, cis-heteronormativity and adultcentrism. To make this debate, John Thompson's (2009) reflections on mass communication and symbolic violence, gender studies and sexual diversity are considered in the article, as well as poststructuralist studies, especially Michel Foucault's work.

Keywords: Gender identity, Transsexuality, Childhood, Symbolic violence, Society.

Resumen

En el este texto se discute la transexualidad femenina en la infancia. A partir de las películas *Mi vida en rosa* (Bélgica, Francia, Reino Unido, 1997) y del documental *My secret self: a story of transgender children* (Estados Unidos, 2007) como objeto de análisis, se propone reflexionar sobre el debate actual acerca de ideología de género. Se busca centrarse en las siguientes ideas de estas dos producciones: la transición del género masculino a lo femenino, la patologización y despatologización de las identidades trans, la relación entre el sexo anatómico e identidad de género, la violencia simbólica, la cisheteronormatividad y la sobrevaloración del adulto. El marco teórico utilizado son las reflexiones de John Thompson sobre comunicación de masa y violencia simbólica, los estudios de género y sobre diversidad sexual, así como los estudios posestructuralistas, especialmente la obra de Michel Foucault.

Palabras clave: Identidad de género, Transexualida, Infancia, Violencia simbólica, Sociedad.

Introdução

*No meu cantinho,
Na minha cadeirinha,
Eu posso ser o que eu quero ser!
Nas asas da minha fantasia
Eu posso voar para um novo mundo
E o mundo irá abrir os braços pra mim...
(Jess Jennings, 2007)*

As cores rosa e azul representam, de forma bastante específica, em várias culturas, os universos feminino e masculino respectivamente, a fim de informar, ainda antes mesmo de nascer, a maneira correta como cada criança deve ser tratada. Isso a fim de fortalecer os elementos constitutivos de sua feminilidade ou masculinidade, associados diretamente ao seu sexo biológico.

Rogério Diniz Junqueira¹ (2009, p. 20) usa os estudos de Elisabeth Badinter e de Gláucia Eliane Silva de Almeida para afirmar que a masculinidade

1. Por defender uma educação não sexista, além de utilizar o gênero feminino e masculino para me referir às pessoas em geral, na primeira vez que há a citação de um/a autor/a,

é considerada algo a ser duramente conquistado pelos indivíduos do sexo masculino, ao passo que a feminilidade é percebida como um componente natural da mulher. Já no trabalho de César Sabino, também estudado por Junqueira (2009), a masculinidade está associada a demonstrações de força, destemor e virilidade, construídas em contraposição a determinadas características tidas como femininas.

Assim, os códigos de conduta ensinados às crianças estabelecem que “o único lugar habitável para o feminino é em corpos de mulheres, e para o masculino, em corpos de homens” (Berenice Alves de Melo BENTO, 2008, p. 25), premiando os normatizados com respeito e oportunidades, e castigando os diferentes com desprezo e obstáculos (William PERES, 2009, p. 237), expondo, de forma bastante objetiva, que em sociedades patriarcais não há outra possibilidade além do ajustamento.

É a família heteronormativa, ou seja, aquela definida pela prática do “sexo bem educado ou normatizado, isto é, as práticas heterossexuais, monogâmicas, consolidadas pelo matrimônio e reprodutivas” (Maria Rita de Assis CÉSAR, 2009, p. 43), o modelo de organização social que deve ser preservado. Para tanto, as pessoas precisam ser ensinadas, desde muito cedo, a agir de modo que consigam reproduzi-lo no futuro.

Essa é a visão das igrejas cristãs, que ao longo do tempo têm se esforçado para impor padrões únicos de comportamento que tomam a cis² hete-

transcrevo seu nome completo para a identificação do sexo (gênero) e, conseqüentemente, para proporcionar maior visibilidade às pesquisadoras e estudiosas.

2. Cis é a abreviação de cisgênero. A noção de cisgeneridade é proposta pela transexual Julia Serano, em 2007, na obra *Whipping girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. “A partir do exercício de analisar a origem da terminologia – trans-: o outro, o desajuste. Ligações químicas cruzadas espontaneamente, de forma inesperada. O oposto disso, o termo -cis-, também existe no campo da química orgânica: seria a ligação química esperada, a mais comum de se ocorrer entre os elementos. A ligação química “normal”. Porém, as moléculas da química orgânica são imprevisíveis. Assim como as subjetividades são imprevisíveis. Portanto, a cisgeneridade indica a existência de uma norma que produz efeitos de ideal regulatório, ou seja, efeitos de expectativas e universalização da experiência humana. Em termos gerais, o que diferentes ativistas e os movimentos transfeministas têm proposto é que a norma cisgênera é uma das matrizes normativas das estruturas sociais, políticas e patriarcais, cujos ideais regulatórios produzem efeitos de vida e de atribuição identitária extremamente rígidos. A atribuição identitária, de forma compulsória no momento de registro de cada pessoa, define e naturaliza a designação de uma pessoa a um dos polos do sistema de sexo/gênero ao nascer, a partir de uma leitura restrita, baseada na aparência dos órgãos genitais. Além disso, a norma cisgênera afirma que essa designação é imutável, fixa, cristalizada ao longo da vida da pessoa.” (Maria Luiza Rovaris CIDADE, 2016, p. 13-14).

rossexualidade como modelo único de existência. À medida que a sociedade muda e propõe rupturas, o discurso religioso se atualiza, bem como seus mecanismos de controle.

Em 1997 o cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, atual Papa Emérito Bento XVI, reforçava em seus escritos que a biologia determinaria o gênero e que a “liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia” (RATZINGER, 1997, p. 142). Ratzinger dava, então, o pontapé inicial para o surgimento de um debate que hoje é conhecido por ideologia de gênero.

Na definição de Jorge Scala, discutida por Richard Mikolski e Maximiliano Campana (2017), a ideologia de gênero é um instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais, que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de “impor uma nova antropologia” para provocar a alteração das pautas morais e desembocar na destruição da sociedade.

Ao dirigir um ataque às lutas feministas e apontar o caminho para o desenvolvimento do conceito de ideologia de gênero, o cardeal Ratzinger procurava atingir, de acordo com Mikolski e Campana (2017), a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pelas Nações Unidas, em 1995, pela ousadia de propor substituir o termo “mulher” (que havia sido o principal sujeito nas três conferências que antecederam essa) pelo conceito de “gênero”, possibilitando que essa categoria fosse ampliada, não se restringindo apenas a questões biológicas.

Assim, “nessa conferência se reconheceu que a desigualdade da mulher é um problema estrutural e só pode ser abordada de uma perspectiva integral de gênero” (MIKOLSKI; CAMPANA, 2017, p. 727), chamando a atenção para a necessidade de olhar para os múltiplos sujeitos que expressam identidades femininas, como travestis e mulheres transexuais.

Tais declarações

colocaram a categoria “gênero” no centro dos debates que giravam em torno do papel da mulher, provocando uma importante reação por parte de diversos setores religiosos conservadores e, em especial, da própria Igreja Católica. Assim, por causa dessa conferência, o papa João Paulo II, em sua “Carta às mulheres,” se referiu à necessidade de defender a identidade

feminina desde uma perspectiva essencialista e, alguns anos depois, na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina (ponto 13). (MIKOLSKI; MAXIMILIANO, 2017, p. 727)

Ao destacar a maternidade como um elemento essencial da identidade feminina, o Papa João Paulo II assumia uma posição em relação a travestilidade e a transexualidade, concordando com as situações de exclusão e violação de direitos que recaiam sobre elas. Ao fugir dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade, travestis³ e transexuais⁴ são expostas a situações de discriminação e exclusão, podendo desenvolver estratégias de resistência para garantir seu direito de ser ou então buscando meios para uma adaptação que garanta ao menos sua sobrevivência, quase sempre caracterizados por discursos e atos de submissão e passividade (PERES, 2009).

No caso da criança transexual, existe ainda o agravante de que ela pode ser vista como portadora de uma patologia, que precisa e deve ser tratada, passando por experiências que evidenciam o quanto está em desacordo com os padrões pré-estabelecidos e como é necessário que altere sua forma de pensar e agir para que possa adequar-se ao sexo anatômico e assim levar uma vida “normal”.

As cobranças impostas às crianças transexuais partem de vários segmentos de nossa sociedade – da família, da igreja, dos vizinhos, da escola, etc. – restando pouco ou nenhum espaço para que elas possam se construir como sujeitos. Isso é ainda mais evidente quando suas reivindicações em adotar uma identidade de gênero diferente do sexo biológico são ignoradas, tratadas apenas como meras fantasias infantis, já que, de modo geral, a infância está subalternizada em relação ao mundo dos adultos (Manuel SARMENTO; Maria Cristina Soares de GOUVEA, 2008, p. 19).

Essas questões são observáveis no filme *Minha vida em cor-de-rosa*⁵ (*Ma vie en rose*), de 1997, uma produção cooperativa entre Bélgica, França

3. Travesti é a pessoa que vivencia papel de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou como mulher, e sim como membro de um terceiro gênero ou de um não-gênero (Jaqueline Gomes de JESUS, 2012, p. 17).

4. Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher (JESUS, 2012, p. 15).

5. A escolha desse filme se deu por ter sido lançado no mesmo ano em que o cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, hoje Papa Emérito Bento XVI, iniciou o debate que hoje é conhecido como ideologia de gênero.

e Reino Unido, dirigida pelo belga Alain Berliner. O filme conta a história de Ludovic Fabre, uma menina transexual⁶ de sete anos de idade. Embora seja uma obra de ficção, apresenta fortes semelhanças com a infância de muitas mulheres transexuais. Porém, acredito na possibilidade de outras formas de relacionamento entre crianças transexuais e sua família, escola e com a sociedade de um modo geral. Por isso, vou estabelecer diálogo entre o filme e o documentário *Meu eu secreto (My secret self)*, produzido e apresentado pela Rede ABC de televisão dos Estados Unidos da América em 2007, que também discute transexualidade na infância. As histórias reais de duas meninas transexuais, Jess Jennings e Riley Grant, narradas no documentário, serão utilizadas para dialogar com as situações vivenciadas pela personagem fictícia Ludovic Fabre no filme *Minha vida em cor-de-rosa*.

Ambas as produções, embora tenham finalidades distintas, são consideradas como meios de comunicação de massa justamente por estarem disponíveis “a uma pluralidade de receptores” (John B. THOMPSON, 2009, p. 287) e estão inseridas “dentro de uma *teoria do cinema queer*, termo surgido no final dos anos de 1970/80, posterior aos *genders studies*, justificando a alta permeabilidade e artificialidade entre as identidades de gênero” (Alisson MACHADO, 2011, p. 11).

Queer, que não possui equivalente exato na língua portuguesa, “pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Guacira Lopes LOURO, 2004, p. 38). Para Judith Butler (2002, p. 58), apontada como uma das precursoras da teoria queer, o termo tem operado como uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere: “queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos”. Por isso, a proposta foi dar um novo significado ao termo, de positivá-lo, passando a entender queer como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

Queer, então, pode ser interpretado como um processo, um movimento, e aproxima-se das reflexões de Michel Foucault (1979) sobre o conceito

6. Neste artigo, reconheço a identidade feminina de Ludovic Fabre por entender que está perfeitamente consolidada em seu discurso, embora seja submetida a um tratamento no gênero masculino pela sociedade onde está inserida.

de dispositivo. Para ele, todo dispositivo “é sempre um dispositivo de poder” (Sueli Aparecida CARNEIRO, 2005. p. 38), um meio pelo qual determinados sujeitos ganham visibilidade quando são interpretados como o contraponto da ordem.

Assim, o conceito de dispositivo procura demarcar

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. “O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (FOUCAULT, 1979, p. 244)

No entanto, o mesmo Foucault (1982) que consegue perceber uma infinidade de mecanismos de controle, como o discurso da ideologia de gênero, operando de forma coordenada e simultânea, também identifica mecanismos para sua contraposição e afirma que onde há poder, há resistência.

As meninas!

O cinema e a televisão são meios midiáticos expressivos, às vezes eficientes para narrar histórias com maior ou menor similaridade à vida real, reproduzindo modelos de feminilidade e masculinidade e arranjos familiares compatíveis, na maioria das vezes, com os padrões heteronormativos. Contudo, a produção fílmica também pode produzir discursos que questionem os padrões que instituem a normatização dos gêneros (Wânia Ribeiro FERNANDES; Vera Helena Ferraz de SIQUEIRA, 2006).

Como meios de comunicação de massa, cinema e televisão se caracterizam pela produção e difusão de formas simbólicas, ou seja, uma ampla variedade de fenômenos significativos, como ações, gestos, rituais, manifestações verbais, textos, obras de arte, objetos (THOMPSON, 2009, p. 183), que expressam, invariavelmente, relações assimétricas de poder.

As formas simbólicas não são permanentes e nem fixas, podendo ter seu significado modificado com o tempo. Também podem ser recebidas e interpretadas de formas diferentes do seu objetivo inicial em diferentes contextos. Há, no entanto, uma intencionalidade que orienta o modo como são concebidas e uma expectativa de como devem ser recebidas (THOMPSON, 2009).

É o caso do vestido rosa desejado por Ludovic, um signo que representa o universo feminino infantil, onde pretende se inserir. Sua opinião a respeito do que é ser menina é compartilhada por Jess Jennings, cuja vontade é ter cabelos compridos, furar as orelhas e usar sempre vestido, artefatos puramente culturais, em que a genitália, independentemente de masculina ou feminina, tem pouca importância.

Jess Jennings tem seis anos e é a caçula de uma família “comum” dos Estados Unidos da América. Vive com a mãe Reneé, o pai Scotch e mais dois irmãos, gêmeos, e uma irmã. Sua mãe conta que Jess, apesar de sua anatomia masculina, reivindicou, aos 15 meses de vida, o direito de ser tratada como menina e, logo que começou a falar, manifestou sua vontade em usar vestidos.

A insistência em ter sua identidade feminina reconhecida fez com que seus pais consultassem a dra. Marilyn Volker, especialista em sexo e transtorno de identidade de gênero, que atestou sua transexualidade quando tinha apenas três anos. A partir do “diagnóstico” os pais explicaram a situação para os irmãos e a irmã, que concordaram, sem resistência, em tratá-la como menina. Aos cinco anos, com o apoio dos pais, passou a viver integralmente como menina.

A maneira como Ludovic e Jess interpretam o que é ser menina se enquadra na opinião da maioria das pessoas, porém existem outras maneiras de se construir uma identidade feminina na infância, sem vestidos ou bonecas e, ainda assim, operar dentro das normas cis heterossexuais padronizadas.

É o caso de Riley Grant, que, aos 10 anos, prefere passar a maior parte do tempo com calças compridas e brincar com sua cobra de estimação. Talvez também porque seja mais velha que Jess e Ludovic e as bonecas e os vestidos já tenham cumprido suas funções, principalmente na fase de “transição” do gênero masculino para o feminino. Riley Grant também mora nos Estados Unidos, com a mãe Stephanie, o pai Neil e com a irmã gêmea Ally. Assim como Jess, começou a manifestar sua identidade de gênero feminino com poucos meses, reivindicando o direito de usar os brinquedos da irmã. O pediatra sugeriu aos pais que a colocassem em contato com brinquedos e atividades consideradas masculinas e corrigir suas atitudes inadequadas. Riley resistiu e conseguiu o que queria aos sete anos, sendo reconhecida finalmente como menina.

O filme

Analisando a obra de Thompson (2009), é possível afirmar que as formas simbólicas nos acompanham a vida toda, inclusive para reiterar formas explícitas de controle que visam a manutenção do poder, entendido como a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos. Este pode ser individual, desde que os sujeitos se reconheçam nas formas simbólicas que os rodeiam. “Quando relações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, então a situação pode ser descrita como dominação” (THOMPSON, 2009, p. 199). As relações são assimétricas quando indivíduos ou grupos de indivíduos particulares possuem um poder estável de maneira a promover a exclusão de outros indivíduos ou grupos de indivíduos, resultando em dominantes e subordinados.

Ludovic Fabre é uma menina transexual fictícia, com sete anos de idade – que ganhou um corpo e uma voz através do trabalho magistral do ator Georges Du Fresne – e assim como Jess e Riley, enquadra-se no grupo dos dominados, estando sujeita a regras e discursos que sistematicamente a excluem. Ludo, como é carinhosamente chamada, é a caçula da família e vive numa pequena cidade francesa com a mãe Hanna, o pai Pierre, dois irmãos e uma irmã. Durante o filme, ainda luta para ter sua identidade de gênero reconhecida, estando exposta a códigos de dominação que não consideram ser

possível uma identidade feminina habitar um corpo anatomicamente masculino. As situações que enfrenta nos 88 minutos de filme mostram como pode ser doloroso esse processo, tanto para as pessoas trans quanto para suas famílias.

A transexualidade de Ludovic Fabre, pouco ou nada compreendida pela família e pelos vizinhos, é motivo de situações de conflitos e discriminações. Uma discriminação inicialmente dirigida a ela e depois estendida a sua família.

Seus pais discordam de seu comportamento pouco comum de vestir roupas femininas, mas interpretam como uma brincadeira inocente de seus primeiros anos de vida e que terá um final quando adquirir mais maturidade e estiver apta a entender e a incorporar o discurso presente na “ação pedagógica dos mais velhos” (SARMENTO; GOUVEA, 2008, p. 19). No entanto, o tempo faz com que essas atitudes se tornem mais frequentes, passando a ser interpretadas como um problema, principalmente depois que ela aparece usando o vestido de princesa da irmã, maquiagem, brincos e salto alto em uma festa, na qual sua família recebia os vizinhos pela primeira vez, já que tinham se mudado recentemente para o bairro.

Embora o filme se concentre na discussão da transexualidade de Ludovic, também discute os papéis de gênero a partir da biologia e quais espaços caberiam a homens e mulheres. Os homens são apresentados como os provedores, responsáveis pelo sustento da casa e pela formação da personalidade dos filhos. As mulheres ficam restritas ao ambiente doméstico, são donas de casa e quando exercem ocupações fora do ambiente doméstico também se aproximam dos papéis maternos, como professora ou psicóloga de crianças. Nessa lógica, a identidade feminina se manifesta de acordo com o que propõe João Paulo II, e estaria ligada à maternidade, sendo impossível descolar o corpo biológico dos papéis sociais.

O mundo que circunda Ludovic é o ideal, com famílias heterossexuais brancas tradicionais e felizes, que se comportam como vizinhos educados, que se respeitam e se preocupam com a segurança uns dos outros. Não há pobreza, vícios, criminalidade, doenças, desordem. É um “mundo cor-de-rosa” sem gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, negros(as), imigrantes, deficientes ou qualquer outra categoria que possa tirar a paz e o sossego.

Todos(as) naquele bairro se encaixam perfeitamente ao padrão cis heteronormativo branco cristão. Menos Ludovic.

Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2010), em análise da obra de Thomas Laqueur, afirma que a constatação da existência de dois sexos biológicos, masculino e feminino, no Ocidente, só ocorre ao longo do século XVIII. Antes, acreditava-se na existência apenas do sexo masculino, sendo a mulher um homem invertido, com os órgãos sexuais masculinos na parte interna do corpo, sendo possível, em algumas situações, que um pênis se deslocasse para fora e viesse a ocupar o lugar da vagina. A mulher era um homem que não atingira a plenitude.

Mesmo conquistando um lugar na ciência como ser individual completo, apartado do sexo masculino, a mulher continuou a ocupar lugar subalterno na sociedade, desempenhando papéis que na maioria das vezes a mantinham enclausurada no ambiente doméstico. Antes, sua incompletude podia ser temporária, havendo a possibilidade de ascensão ao sexo masculino. Agora, sua constituição biológica, como o oposto do homem, além de permanente confirma sua inferioridade.

As mulheres lésbicas eram obrigadas a reprimirem sua sexualidade, sendo punidas de forma severa caso se tornasse pública sua orientação sexual. Já as mulheres transexuais não existiam. E, no final do século XX, na sociedade onde vive Ludovic, elas também não deveriam existir. Assim, a certeza de Ludovic de ser uma menina vai sendo destruída pelo discurso heteronormativo dos adultos que insistem que o gênero é definido pelo sexo biológico. Suas convicções se transformam em dúvidas até chegar ao ponto de tentar ajustar-se a uma sociedade e a um corpo masculino que mal compreende.

Ludovic também não é respeitada porque é criança. Suas opiniões não são levadas a sério porque não é considerada um ser social com plenos direitos (SARMENTO; GOUVEA, 2008, p. 19).

As infâncias, ao serem classificadas, são enquadradas “a conceitos que a determinam como uma infância normal ou anormal. Disso advém uma contradição, ou seja, esta normalidade tem a norma como medida comum e que deverá ser seguida por todos” (Leni Vieira DORNELES, 2010). Os padrões de normalidade tomam como modelo a “infância universal” (DORNELES, 2010), que deve servir de modelo para todas as outras. À medida que se afasta deste

modelo – branco, cis heterossexual, magro, sem problemas de saúde física e mental, de classe média –, a criança passa por um processo em que é vista como representante de uma “infância perigosa” (Carlos RAMIREZ; Dora Lilia MARÍN-DÍAZ, 2007) por colocar as “infâncias universais” em risco.

Entre as infâncias perigosas, Dorneles (2010) aponta aquela que está fora de casa, que acessa os materiais a serem consumidos via contravenção, que sobrevive e vive apesar dos riscos de seu cotidiano. Sobrevive nos bueiros e esgotos da vida urbana, mora embaixo de viadutos, pontes ou marquises de prédios. As infâncias perigosas não têm cor, raça, orientação sexual ou identidade de gênero. Têm apenas classe social, que é tomada como o marcador mais importante para estabelecer a aproximação ou o afastamento da “infância universal”.

O potencial “bélico” (RAMIREZ; MARÍN-DÍAZ, 2007) presente nos corpos de crianças transexuais as afasta dessa “infância universal”. Talvez por isso suas existências não mereçam a devida atenção nos estudos sobre crianças.

De modo geral, as infâncias são tratadas como assexuadas ou como cis heterossexuais, contribuindo para a ausência de estudos que discutam as “sexualidades disparatadas” (FOUCAULT, 1999) nessa fase da vida das pessoas.

A infância que o filme retrata é um pouco diferente da vivida por Jess Jennings e Riley Grant. Ambas conseguiram ser ouvidas por seus pais e tiveram suas identidades de gênero respeitadas depois de atestadas por especialistas, pois “não são apenas os adultos que intervêm junto das crianças, mas as crianças intervêm junto dos adultos” (SARMENTO; GOUVEA, 2008, p. 29). Jess passou por isso aos três anos e Riley aos cinco. Durante dois anos tiveram o consentimento dos pais para se vestirem e agirem como meninas apenas dentro de casa, pois temiam atitudes hostis para com elas.

Jess Jennings, apesar de deixar os pais confusos com sua insistência de que era uma menina, nunca foi punida por isso e podia explicitar seus desejos abertamente. Assim, aos dois anos, perguntou à mãe quando a fada madrinha viria para trocar sua genitália. Reneé não ignorou a pergunta da filha e nem tampouco a considerou desconectada da realidade. A partir daí, decidiu investigar o que estaria acontecendo e procurar informações mais seguras para lidar com a situação.

Ludovic, além de expressar seu desejo de ser vista e tratada como menina, também insiste que um dia se casará com Jerome, vizinho e filho do chefe de seu pai. Essa personagem sintetiza a visão hegemônica da criança bem-educada, que absorve todos os ensinamentos familiares e reproduz de maneira exemplar o comportamento masculino ideal na infância, atendendo aos anseios daqueles que compartilham da ideia da existência da ideologia de gênero.

A ideia que Ludovic apresenta do que é ser menina, além de vestir-se e portar-se como uma nos moldes ocidentais, inclui uma relação afetiva ao lado de uma pessoa que apresenta características do gênero masculino, seguindo os padrões heteronormativos, revelando quem vai desempenhar os papéis femininos e masculinos nas relações sociais e sexuais futuras. Há então, um processo de hipersexualização de seu discurso, que resulta em ações mais coercitivas sobre si e sobre Jerome. Por isso, ambos se policiam quando discutem o futuro um ao lado do outro.

Em uma determinada cena do filme, na casa de Jerome, no quarto de sua irmãzinha morta, Ludovic experimenta sensações das mais agradáveis. É um quarto dos sonhos, um quarto de menina, com cores e brinquedos que evidenciam a visão que a sociedade adulta tem do feminino na infância. Seus olhos percorrem cuidadosamente cada detalhe, se demorando aqui e ali, como se cada um deles, mesmo a meia luz, fosse a confirmação de sua feminilidade. Mas é o vestido cor-de-rosa, usado como a representação do universo feminino infantil em vários momentos do filme, que mais a encanta.

Sozinhos no quarto, livres de qualquer censura, encenam o casamento de sua heroína *Pam* com o namorado *Ben*. Ludovic é *Pam* e Jerome é *Ben*. Ludovic usa o vestido rosa e dirige a encenação. No entanto, o casamento é interrompido na hora do beijo do casal pelo desmaio da mãe de Jerome que, de mansinho, aproximou-se para espionar o que estava acontecendo. A mãe de Ludovic, que também estava em outro cômodo, aproxima-se e a arrasta com violência de volta para casa. Nesse momento, Ludovic imagina que está sendo protegida por sua heroína *Pam*, que amarra sua mãe e a de Jerome com seu sopro mágico de purpurina dourada que toma a forma de um laço. Assim, ela, Jerome e *Pam* podem voar livremente sem ninguém para impedir.

As formas simbólicas descritas por Thompson (2009) e os inúmeros dispositivos identificados por Foucault (1979) como elementos de controle

e manutenção do poder podem operar no sentido contrário, pois, “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1982, p. 91). Assim, Ludovic encontra no mundo fantástico de *Pam* uma maneira de resistir e alimentar o desejo de tornar-se definitivamente uma menina.

Foucault (1982) também afirma que a denúncia é uma forma de resistência. Nesse sentido, o diretor do filme Alain Berliner (*MINHA VIDA...*, 1997) adota um discurso de resistência que fica explícito em algumas cenas, quando, por exemplo, recorre à introspecção de um quarto na penumbra para mostrar as condições de marginalidade impostas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), que se vê obrigada a buscar espaços específicos e reduzidos para vivenciar sua sexualidade, sendo, ainda assim, sujeita a vigilância e punições. O direito de ir e vir, assim como o de construir relações afetivas e arranjos familiares que fogem às regras, estão sujeitos ao julgamento e à aprovação de uma sociedade conservadora representada, nesse caso, pelas famílias, capazes inclusive, de destruir sonhos.

De acordo com Willian Siqueira Peres (2009, p. 238), quando a travestilidade ou a transexualidade é expressada ainda na infância e depois na adolescência, a história de vida do sujeito é marcada pela discriminação, exclusão e violência, inclusive por parte da família. Embora concorde com Peres, compreendo a discriminação e a exclusão também como expressões de violência, já que dificultam ou impedem que suas vítimas possam viver plenamente em sociedade.

São estratégias que a família, a escola e a igreja utilizam, como aponta Foucault (1979), para exercer seu controle sobre os corpos e determinar o que é “correto” e moralmente aceito. Os próprios oprimidos, invariavelmente, são responsabilizados pela situação de desvantagem em que se encontram, pois seus agressores alegam que as chances de ajustamento social foram oferecidas e desperdiçadas por eles.

Transexualidade não é pecado!

O medo se configura em elemento importante da política de controle em qualquer instituição. No caso da igreja católica, o pecado significa

uma passagem para o inferno, punição máxima para os cristãos. Este é o recurso de convencimento utilizado pela família de Jerome para afastá-lo de Ludovic, e, assim, se vê obrigado a trocar de lugar na sala de aula para evitar tal castigo. Ao mudar de carteira, dá a entender que Ludovic seria a própria representação do pecado e o simples ato de evitá-la garantiria sua salvação.

Este e outros julgamentos a respeito de Ludovic fazem com que a vejam como portadora de uma patologia, precisando, portanto, de tratamento. Sua ida a uma psicóloga confirma essa visão e é tratada como uma tentativa da família de “resolver o problema” e, assim, conviver em harmonia com a vizinhança, que se sente no direito de intervir na educação dos filhos dos outros, a partir de um pensamento consensual marcado pela intolerância.

A sociedade dos adultos, composta por pessoas que agem dentro dos padrões ditos normais, não é um lugar seguro para uma criança transexual. Ludovic, mesmo sem abdicar verdadeiramente do desejo de ser uma menina, procura estabelecer uma aproximação com os códigos de comportamentos masculinos a fim de minimizar os conflitos em casa e na escola. Brincar de cowboy, jogar futebol ou beijar uma garota são ações que poderiam “ajudá-la” a se construir como menino e, assim, satisfazer a vontade de todos, principalmente de seus pais.

A busca por uma resposta para suas dúvidas, se é menino ou menina, a colocam em contato com uma resposta científica dada pela irmã mais velha, que estudou o assunto nas aulas de ciências: “XY” determinaria o sexo biológico dos meninos e “XX” das meninas. Na visão inocente de Ludovic, seria Deus quem distribuiria essas letrinhas e o “X” que a definiria como menina teria caído no lixo por um capricho do destino. Essa explicação fantasiosa coloca Ludovic em paz com o criador, porque originalmente teria sido a vontade dele que nascesse XX e não XY.

Riley Grant também atribui a responsabilidade de ter uma genitália masculina a Deus. Aos seis anos, enquanto fazia uma oração, revelou a sua mãe que estava muito brava com Deus: “Ele me fez menino e eu não sou menino, sou menina mãe! Toda noite peço para Deus me dar um corpo de menina e quando acordo ainda sou menino. Deus não vai corrigir o erro, não vai fazer o certo” (MEU EU..., 2007).

As explicações de Ludovic, por mais fantasiosas que possam parecer, revelam sua disposição para se construir como mulher e encontram, na fala de Riley, uma semelhança com a triste realidade enfrentada por muitas meninas transexuais.

Além da violência psicológica que sofre constantemente, Ludovic vivencia a experiência de ser agredida fisicamente no banheiro da escola por um grupo de garotos, na presença dos irmãos mais velhos e de Jerome, que se isentam da responsabilidade de defendê-la. Tal situação faz com que se sinta extremamente deslocada, sem um espaço que possa ocupar, fazendo com que tente suicídio.

As agressões às quais as pessoas LGBT estão sujeitas, em muitos casos, são uma continuidade do discurso familiar que, em certa medida, acaba autorizando e até estimulando atitudes como essas, interpretadas por muitos como corretivas.

A escola também representa um espaço hostil à população LGBT, sobretudo para as travestis e transexuais. Em suas pesquisas, Peres (2009, p. 245) constata que, “a partir da exclusão familiar e da vizinhança, as relações estabelecidas entre travestis, transexuais e transgêneros e a escola também se mostram bastante prejudicadas”. A escola acaba reproduzindo os modelos discriminatórios observados em outros espaços, promovendo invariavelmente sua expulsão. Foi a própria escola que tomou a iniciativa de expulsar Ludovic para assegurar a normalidade do ambiente, já que uma criança LGBT é “vista como uma ameaça à ordem estabelecida e capaz de ferir a imagem da moral e dos bons costumes” (PERES, 2009, p. 247).

Ludovic é vítima de um processo descrito por Peres (2009) como estigmatização, que promove a depreciação e desvalorização dos sujeitos a partir da introjeção de valores e de modos de ver que justifiquem sua desqualificação e exclusão, fazendo com que se tornem cada vez mais vulneráveis diante da vida, perdendo a força de questionamento e da crítica. A estigmatização se propaga como ondas, partindo da família para a comunidade e demais espaços.

Assim, resistir a esse processo que cobra um ajustamento e estabelece relações assimétricas de poder se torna cada vez mais difícil, uma vez que a transexualidade, ao ser censurada, é entendida como inexistente, ilícita e, portanto, não deve ser falada até ser anulada no plano do real (FOUCAULT, 1982, p. 82).

Finalmente menina!

A construção de uma identidade de gênero, feminina ou masculina, tem nos cabelos um elemento simbólico dos mais importantes. Deixá-los crescer significa identificar-se como mulher e cortá-los, aproximar-se de uma identidade masculina, necessitando no caso das crianças, do consentimento da família. Assim, “a intervenção no cabelo e no corpo é mais que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária” (Nilma Lino GOMES, 2008, p. 21).

O cabelo como ícone identitário também pode ser interpretado como um veículo de expressão e resistência (GOMES, 2008). Deixá-los crescer pode representar, para um homossexual masculino, um meio de lutar contra a heteronormatividade, assim como mantê-los crespos pode ser uma maneira de uma pessoa negra lutar contra o padrão ideal branco (GOMES, 2008).

Os problemas que atingem a família Fabre têm em Ludovic o seu polo irradiador. Quando a casa da família é pichada com uma frase homofóbica, mais uma vez Ludovic é responsabilizada e, em um ato de desespero e de finalmente colocar um ponto final em suas atitudes inadequadas, a mãe corta seus cabelos diante dos olhares do pai e dos irmãos. É um momento de sofrimento coletivo tratado como se fosse um ritual religioso, um exorcismo que vai expulsar em definitivo as forças malignas que atormentam aquela família.

Cortar os cabelos de Ludovic e expô-la aos olhares da vizinhança é o reconhecimento da vitória da intolerância e do desamparo a que uma pessoa transexual está sujeita dentro da própria casa. A certeza de que não pode contar com o apoio dos pais faz Ludovic decidir viver com sua avó, onde se sente menos agredida e pode se construir com alguma liberdade, mesmo que em um mundo inventado ao lado de sua heroína *Pam*, onde pode se casar com Jerome com a aprovação de todo mundo.

Os laços familiares desfeitos, ou nesse caso apenas afrouxados, podem ser reconstruídos novamente. Essa possibilidade de um desfecho menos trágico para as pessoas transexuais é que vai se desenhando no final do filme, que acena para a possibilidade de as famílias reverem seus pontos de vista e assim acolher, e não excluir, seus filhos e filhas transexuais.

A mudança de emprego de Pierre, o pai, faz com que Ludovic volte para casa. No filme, a mudança de emprego, de cidade, de vizinhos, etc. é uma metáfora que alerta para a necessidade de mudanças também no modo de trato com aqueles que não apresentam identidades exatamente padronizadas. Tal mudança acontece depois de uma série de tentativas frustradas de construir uma identidade masculina em Ludovic, chegando aos extremos de uma surra, justamente em um momento em que ela parecia disposta a desistir de se construir como menina para evitar mais aborrecimentos para a família, mesmo que isso significasse anular-se como pessoa. A compreensão de que Ludovic precisa de apoio se manifestou na passividade de suas atitudes, que revelavam ter chegado ao limite da resistência.

Ao contrário de Hanna Fabre, personagem fictícia e que representa o modo de pensar de muitas mães de crianças transexuais, Renée Jennings decidiu apoiar a filha e ficar na frente de batalha, recebendo toda a “artilharia pesada” antes que Jess fosse machucada, perguntando: “que criança merece sofrer?” (MEU EU..., 2007).

Para responder a essa questão, recorro a Beatriz Preciado (2014), hoje Paul Preciado, que explica que uma criança não tem autonomia sobre si mesma e “é sempre um corpo ao qual não se reconhece o direito de governar”. Uma criança transexual coloca em risco um projeto de futuro, um empreendimento fadado ao fracasso. O futuro que importa anunciado por uma criança só pode ser aceitável se corresponder à norma cis heterossexual branca. Preciado (2014) se preocupa com as outras crianças, aquelas que borram as fronteiras dos gêneros, a cis heterossexualidade e lançam dúvidas se vale a pena um investimento sobre elas.

Preciado, então, pergunta:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2014)

Essas crianças não deveriam existir e, por isso mesmo, precisam ser eliminadas rapidamente. Controlar seu gestual, seu vocabulário, suas vestimentas, seus atos, enfim, controlar o próprio sujeito é fundamental para assegurar um futuro normalizado e normatizado. A família de Ludovic Fabre desafiou essas regras e, depois de muitos conflitos e sofrimentos, decidiu acolhê-la e apoiá-la incondicionalmente, afirmando o amor e não o ódio como sentimento que deve estar presente nas relações familiares.

Algumas considerações

Minha vida em cor-de-rosa não termina como um conto de fadas, dizendo “e viveram felizes para sempre”, pois as situações de conflitos estarão sempre na ordem do dia na vida de uma pessoa transexual. Ainda assim, a mensagem que fica é de esperança. Esperança no amor incondicional entre pais e filhos(as). Esperança de que a transexualidade não seja interpretada como aberração ou patologia e que move as famílias Jennings e Grant, que trabalham para que suas filhas transexuais cresçam em uma sociedade menos preconceituosa.

Essa esperança não é tratada como mera abstração ou fantasia, mas como o resultado concreto de reivindicações que partem dos próprios sujeitos e são endereçadas a segmentos importantes de nossa sociedade, como a família e a escola. Assim, o enfrentamento do preconceito e a inserção da população LGBT teriam início dentro de casa para depois serem estendidos a outros espaços, como a vizinhança, a escola, até atingir toda a sociedade, numa operação contínua, marcada por dores, angústias, agressões, tropeços, mas, principalmente, como propõe Foucault (1982), por resistência.

Assim, as formas simbólicas presentes no filme *Minha vida em cor-de-rosa* (1997) e no documentário *Meu eu secreto* (2007), apesar dos 10 anos que os separam, apontam para uma possibilidade diferente daquela apresentada por Thompson (2009), que as vê como uma das muitas formas de operação do poder, justamente por adquirirem contornos de denúncia e não uma mera reprodução dos discursos hegemônicos.

Em ambas as produções, o debate a respeito de uma visão adultocêntrica de sociedade é central e aponta para a necessidade de que as crianças,

mesmo as mais novas, de um ou dois anos de idade, sejam tratadas como sujeitos de direitos e reivindicações. Elas, por mais distantes que possam estar da realidade cotidiana vivenciada por seus familiares, precisam ser levadas em consideração, ainda que seja necessário desafiar cânones e padrões de comportamento considerados únicos.

Minha vida em cor-de-rosa foi lançado exatamente no mesmo ano em que as bases para a formulação do conceito de ideologia de gênero foram construídas. Coincidência ou não, o filme é uma contrarresposta ao debate proposto pelo Cardeal Ratzinger, que procura negar, de forma muito objetiva, o direito a existências que questionem a relação entre as identidades sociais e o sexo anatômico.

Ainda que nenhuma das produções se proponha a dialogar diretamente com os setores mais conservadores das sociedades ocidentais, acabam por acenar para o fato de que é possível a inserção de múltiplos sujeitos sociais sem que a família cis heteronormativa nuclear branca seja destruída.

Referências bibliográficas

- BENTO, Berenice Alves e Melo. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos n. 328).
- CÉSAR, Maria Rita Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia,” **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.
- CIDADE, Maria Luiza Rovaris. **Nomes (im)próprios**: registro civil, norma cisgênera e racionalidades do sistema judiciário. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- DORNELES, Leni Vieira. Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2KGLLN3>>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- FERNANDES, Wânia Ribeiro; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. Cinema e relações de gênero: ouvindo mulheres idosas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambú. **Anais...** Caxambu: Anped, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2CLI-jRD>>. Acesso em: 2 fev. 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009. p. 13-51.
- MEU EU secreto. Produção: Alan B. Goldberg. New York: Rede ABC de televisão, 2007. Título original: My secret self. Disponível em: <<https://bit.ly/2J9xVct>>. Acesso em: 2 fev. 2011.
- MIKOLSKI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2MiYTaQ>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- MINHA VIDA em cor-de-rosa. Direção: Alain Berliner. Produção: Carole Scotta. França/Bélgica/Reino Unido: Haut & Court Production, 1997. Título Original: Ma vie en rose. Disponível em: <<http://youtu.be/CnOAQDrImxs>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- PERES, William Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009. p. 235-263.
- RATZINGER, Joseph Aloisius. **La sal de la tierra**. Madrid: Libros Palabra, 1997
- SANTOS, Daiana Brunetto Carlin. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2010.
- SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em 28/08/2018

Aprovado em 24/09/2018

Publicado em 25/10/2018